

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

## Cargo 11: Suboficial de Protestos de Títulos Cargo 18: Subtabelião de Protestos de Títulos



## CADERNO DE PROVAS BRANCO

**CESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 20/2/2005

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber a sua folha de respostas, marque, imediatamente, no item zero, o tipo de caderno de provas que você recebeu (BRANCO ou ROXO), conforme modelo ao lado. Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação das suas provas.
- 2 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

Item	Resposta
0	<input checked="" type="radio"/> BRANCO <input type="radio"/> ROXO

#### AGENDA

- I **21/2/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br) — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **22 e 23/2/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- III **22/3/2005** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado da Bahia e locais mencionados no item I.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).



- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Não há dúvida de que, no início do século XXI, os  
Estados Unidos da América chegaram mais perto do que  
nunca da possibilidade de constituição de um “império  
4 mundial”. Mas, se o mundo chegasse a esse ponto e  
constituísse um império global, isso significaria — ao mesmo  
tempo e por definição — o fim do sistema político  
7 interestatal. E o mais provável, do ponto de vista econômico,  
é que tal transformação viesse a significar também o fim do  
capitalismo. Em uma linguagem mais próxima da física e da  
10 termodinâmica do que da dialética hegeliana, pode-se dizer  
que a expansão do poder global na direção do império  
mundial é, ao mesmo tempo, uma força que levaria o sistema  
13 mundial à entropia, ao provocar sua homogeneização interna  
e o desaparecimento das hierarquias e conflitos responsáveis  
pelo dinamismo e pela ordem do próprio sistema.

José Luís Fiori. *Correio Brasileiro*, 25/12/2004 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 O emprego da preposição “de” em “Não há dúvida de que” (l.1) justifica-se pela regência da forma verbal “há”.
- 2 Como na seqüência há um complemento oracional, a omissão da preposição “de” em “Não há dúvida de que” (l.1) também estaria de acordo com as exigências da norma escrita culta.
- 3 Como o primeiro período do texto apresenta idéia relativa a um único país, o emprego do verbo **chegar** no singular — **chegou** — estaria de acordo com as exigências de concordância da norma escrita culta, sem necessidade de outras alterações no texto.
- 4 Mantém-se a correção gramatical do período e as informações originais do texto ao se eliminar a palavra sublinhada em “mais perto do que nunca” (l.2-3).
- 5 O emprego do futuro do pretérito em “significaria” (l.5) é decorrente do emprego de estrutura antecedente que tem valor condicional, formada por verbo no imperfeito do subjuntivo.
- 6 Pelos sentidos do texto, é correto inferir que a palavra “entropia” (l.13) está sendo empregada com o significado de **equilíbrio, organização**.
- 7 Para o trecho “que levaria (...) à entropia” (l.12-13), estaria também de acordo com as exigências da norma escrita culta qualquer uma das seguintes reescrituras: que levaria a entropia ao sistema mundial, que levaria à entropia o sistema mundial, que iria levar o sistema mundial à entropia.
- 8 Infere-se das informações e dos sentidos do texto que o dinamismo e a ordem do sistema político interestatal em vigor atualmente no mundo podem prescindir de hierarquias e conflitos.

1 Quase todas as grandes potências já foram  
colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas,  
liberais e mercantilistas, e quase todas elas, além disso, já  
4 mudaram de posição várias vezes ao longo da história. Nesse  
contexto, as previsões, liberais ou marxistas, do fim dos  
estados ou das economias nacionais, ou mesmo da formação  
7 de algum tipo de federação cosmopolita e pacífica, são  
utopias, com toda a dignidade das utopias que partem de  
argumentos éticos e expectativas generosas, mas são idéias  
10 ou projetos que não têm nenhum apoio objetivo na análise da  
lógica e da história passada do sistema mundial. Apesar de  
tudo isso, é possível identificar através da história a  
13 existência de forças que atuam na direção contrária do poder  
global e do império mundial. Forças que impediram — até  
agora — que esse processo de centralização do poder  
16 chegasse até o seu limite imperial, o que provocaria a  
dissolução do sistema político e econômico mundial.

Idem, *Ibidem*.

Com referência às idéias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 9 A expressão “Nesse contexto” (l.4-5) é um elemento de coesão textual, pois retoma de forma sintética todas as informações do período anterior.
- 10 A inserção de uma vírgula logo após a expressão “dignidade das utopias” (l.8) mantém as mesmas relações sintáticas e a informação original do período.
- 11 Pelas informações do texto, estaria gramaticalmente correta e de acordo com as idéias do texto a substituição do trecho “expectativas generosas, mas são idéias” (l.9) por: expectativas generosas. Entretanto, essas previsões são idéias.
- 12 Nas linhas 10 e 11, pela presença das preposições, é correto afirmar que os elementos “da lógica”, “da história passada” e “do sistema mundial” têm a mesma função sintática no período, pois complementam a palavra “análise”.
- 13 Mantém-se a ênfase da afirmação, sem prejuízo para a correção gramatical do período, se as duas ocorrências da forma “do” nas linhas 13 e 14 forem substituídas por **em relação ao**.
- 14 No início do último período do texto, substituir “Forças” por **São essas forças** constitui alternativa gramaticalmente incorreta para o período, porque prejudica a coesão textual.
- 15 Na linha 16, o emprego do futuro do pretérito em “provocaria” justifica-se pelo emprego do subjuntivo em “chegasse” e admite como gramaticalmente correta a substituição pela forma **teria provocado** ou por **iria provocar**.

1 A responsabilidade política do Poder Judiciário no  
MERCOSUL é nítida nesta quadra. Precisamos, portanto,  
com absoluta transparência, discutir e verificar como as  
4 nossas instituições jurídicas estão desenhadas. A justiça  
brasileira ainda está presa às concepções autonômicas do  
século XIX, e, por isso, o tratado internacional tem  
7 sido considerado norma de natureza ordinária, e,  
conseqüentemente, é sujeito à modificação, à revogação e à  
alteração por qualquer legislação ordinária, sem qualquer  
10 audiência dos organismos internacionais e dos países que  
foram co-participantes da elaboração de um tratado, seja ele  
de qualquer natureza: comercial, civil, tributária.

Internet: <[http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa/palavra\\_dos\\_ministros](http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa/palavra_dos_ministros)> (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 16 Na linha 5, estaria gramaticalmente correta a preferência pela estrutura **presa a concepções**, em que é omitido o artigo feminino plural, com a permanência da preposição.
- 17 Os 3 sinais indicativos de crase empregados à linha 8 têm justificativas diferentes, e dois deles podem ser omitidos sem prejuízo para a correção gramatical do período.


Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto, julgue-os quanto à correção gramatical.

- 18 Uma das causas do congestionamento do sistema judiciário reside na legislação processual que, de tão ultrapassada, enseja recursos inimagináveis em qualquer outro sistema.
- 19 A multiplicidade de manifestações de insurgência contra toda e qualquer disposição judicial, com invocação das garantias constitucionais de ampla defesa e devido processo, fazem com que o exame do mérito das causas seja adiado quase que indefinidamente.
- 20 Sucede-se na comarca os juízes e nos tribunais os relatores de modo que, sobre uma única demanda, várias gerações de magistrados se devam debruçar, reiniciando — como se espera — o estudo do feito desde sua página inicial.

Itens adaptados. Internet: <<http://www.stf.gov.br>>.



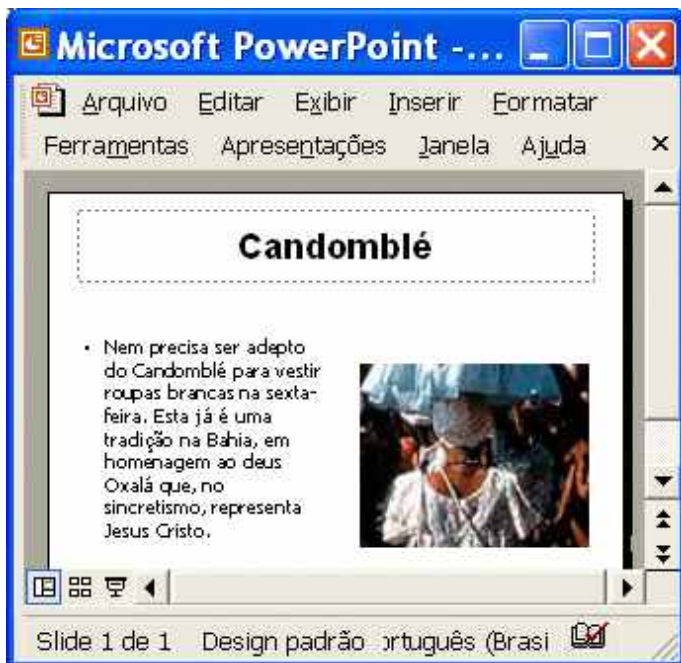
A figura acima ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em edição com informações que foram extraídas do sítio <http://www.bahia.com.br>. Considerando essa figura, julgue os itens subsequentes, acerca do Word 2002.

- 21 No trecho de documento mostrado, o posicionamento da figura de forma sobreposta a um parágrafo foi possível devido ao fato de esse documento estar definido com o estilo de parágrafo **Título 1**.
- 22 Observa-se na janela ilustrada que o texto mais próximo do lado direito da figura está alinhado com relação a esse lado da figura. Caso se deseje alinhar o texto localizado no lado esquerdo da figura com relação a esse lado da figura, sem alterar o alinhamento existente à direita, é suficiente clicar sobre "tradição" e, em seguida, clicar .
- 23 Considere que o documento em edição seja salvo em disquete de 3½" e que, em outra sessão de uso do Word 2002, ao se tentar abrir esse documento, ocorra erro de leitura por dano do arquivo correspondente. Nessa situação, é possível a recuperação do arquivo danificado por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**.

24 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar a figura mostrada no documento em edição; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **X**, liberar a tecla **Ctrl**. Após esse procedimento, é possível que o documento em edição fique alterado para a forma mostrada na figura a seguir.



25 Por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**, é possível abrir o documento ativo em uma janela do aplicativo PowerPoint 2002, na qual se poderá criar uma apresentação a partir do conteúdo do documento.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do PowerPoint 2002 na qual é mostrado um *slide* em elaboração contendo texto e gráfico, julgue o item a seguir.

26 A estrutura desse *slide* pode ter sido definida por meio da opção Layout do slide, encontrada no menu **Formatar**.

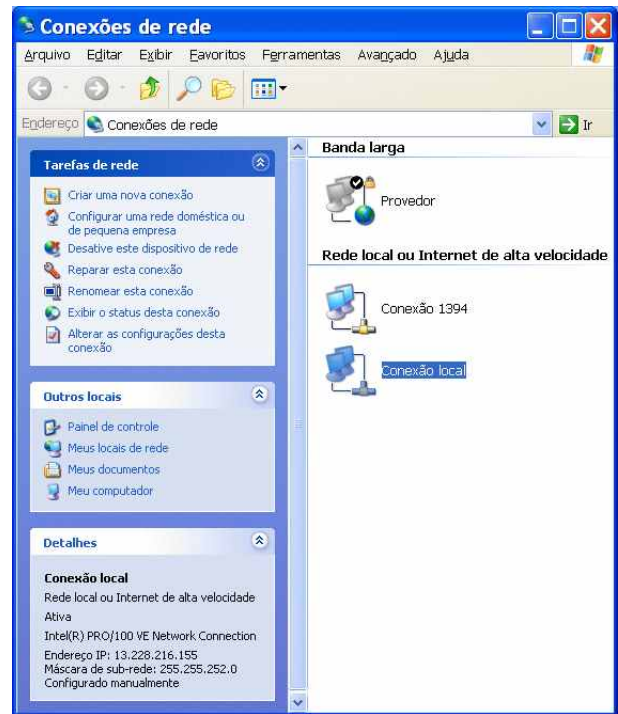



Figura I

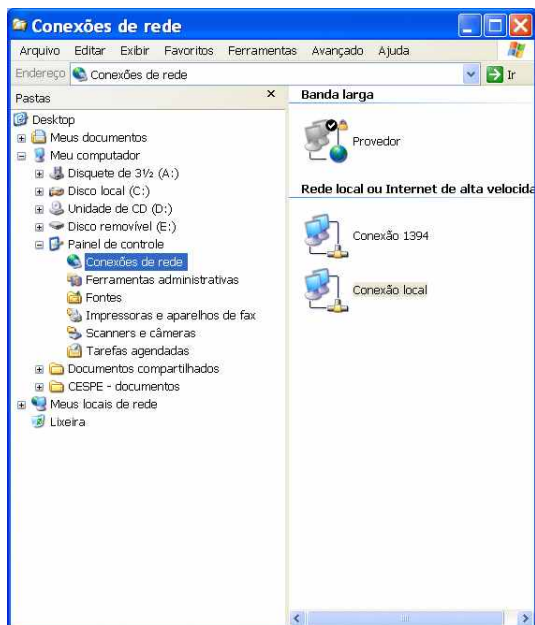


Figura II

Considere que as janelas do Windows XP ilustradas nas figuras I e II acima estejam em execução em um computador do tipo PC. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes, sabendo que a janela ilustrada na figura I é a janela ativa no computador.

27 As informações apresentadas na figura I são insuficientes para concluir se o computador dispõe de recursos de *modem* para acessar a Internet por meio de uma conexão ADSL.

- 28 Ao se clicar  e, em seguida, no *submenu* Barras de ferramentas, do *menu* Exibir, clicar a opção Botões padrão, é possível que a janela ilustrada na figura I se transforme na janela ilustrada a seguir.



- 29 Por ser equipado com processador Pentium® 4, é correto concluir que o computador no qual as janelas ilustradas estão em execução dispõe de recursos intrínsecos que dispensam o uso de memória ROM. Esses recursos permitem que o Windows XP recupere um estado de operação anterior a uma falha do sistema, fazendo uso desse tipo de *hardware* e da memória RAM instalada.

	A	B
1	Valor da causa, em R\$	Custas a pagar, em R\$
2	Até 46,99	7,37
3	De 47 a 70,59	11,05
4	De 70,6 a 156,63	14,74
5	De 156,64 a 313,25	18,42
6	De 313,26 a 626,5	29,49
7		

Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha em elaboração em uma janela do Excel 2002, julgue os itens seguintes.

- 30 Sabendo que a célula A1 contém comentário, é correto afirmar que foi usada para inserir tal comentário uma das opções existentes na lista que resulta ao se clicar o *menu* Inserir.

- 31 Para se formatar com duas casas decimais todos os valores em reais contidos nas células de A2 a A6, é suficiente selecionar as referidas células; clicar a opção Células no *menu* Formatar; definir, na janela disponibilizada, a formatação desejada e, em seguida, clicar OK.

A tecnologia de telefonia via Internet, conhecida como VoIP, sigla em inglês para voz sobre protocolo da Internet, possível graças a diversos avanços tecnológicos, entre os quais o desenvolvimento de técnicas de compressão e digitalização de voz, permite que usuários de computadores ligados à Web em banda larga possam fazer ligações telefônicas a um preço que é frações do que cobram companhias telefônicas convencionais. Em alguns casos, conversar via Internet pode custar 20% de uma ligação convencional.

No Brasil, o uso do VoIP concentra-se ainda no mundo corporativo. Estima-se que uma em cada quatro grandes companhias brasileiras já usa o sistema. O avanço doméstico do serviço é lento no país por causa da baixa penetração de banda larga nos lares brasileiros: com apenas 2,7% das residências servidas por banda larga, o mercado brasileiro de telefonia via Internet ainda é incipiente. Mas a previsão dos analistas é que em 2005 o VoIP se tornará no Brasil uma segunda opção de telefonia fixa — e móvel, através de *laptops* ligados a redes sem fio de Internet disponíveis nos principais aeroportos brasileiros, hotéis e restaurantes. Foi-se o tempo dos serviços embasados em ligações locais e interurbanas. Eles se tornaram irrelevantes. A Internet e os aparelhos sem fio já alteraram para sempre a forma como as pessoas se comunicam.

Veja, 9/2/2005 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 32 A expressão “voz sobre protocolo da Internet” refere-se à transmissão de voz utilizando-se o protocolo IP (*internet protocol*), que é necessário para a “compressão e digitalização de voz”, dividindo as informações de voz que devem ser transmitidas em pacotes e reagrupando esses pacotes no local de destino da informação.
- 33 A tecnologia de conexão à Internet denominada ADSL é capaz de providenciar, entre as instalações do usuário e o provedor de acesso à Internet, os recursos de largura de banda mencionados no texto, necessários ao estabelecimento de VoIP.
- 34 Para que haja maior “penetração de banda larga nos lares brasileiros”, é necessário que a tecnologia de fibra óptica esteja disponível para o acesso à Internet nas residências dos usuários.
- 35 O trecho de texto “redes sem fio de Internet” pode referir-se, atualmente, às redes WLAN 802.11, que permitem taxas de transmissão condizentes às necessidades de largura de banda do serviço de VoIP.

No século XX, a fonte dominante de energia primária no mundo passou do carvão para o petróleo. No início deste século, vemos que o gás natural começa a substituir o petróleo. E depois, qual será a energia dominante? Hoje, estamos exaurindo as reservas fósseis que levaram milhões de anos para se acumularem e que, por enquanto, são fáceis de serem extraídas. Há, porém, fortes indícios de que a curva de produção de petróleo está próxima de atingir o seu máximo. A cada ano, será mais difícil encontrar e extrair petróleo.

O petróleo ficará cada vez mais oscilante em seu preço internacional. Isso porque é sempre maior a dependência do mundo à produção nas maiores reservas, situadas na área entre o Golfo Pérsico e o Mar Cáspio. A instabilidade política crescente na região parece não ter solução no curto prazo, o que volatiliza ainda mais os preços. A culpa da instabilidade política é tanto dos regimes autoritários e teocráticos dominantes na região como das nefastas intervenções políticas e militares dos países ocidentais.

Juan José Verdesio. *Como garantir fontes renováveis no século XXI. In: UnB Revista*, ano V, n.º 10, set./out./nov./2004, p. 35 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 36 O texto reitera a importância estratégica do petróleo para a economia contemporânea, razão por que esse produto exerce significativa influência política nos rumos do mundo.
- 37 A crescente demanda por petróleo também se explica pela arrancada desenvolvimentista protagonizada por alguns países na atualidade, entre os quais Índia e, especialmente, China seriam exemplos marcantes.
- 38 A inexistência de alternativas energéticas ao petróleo torna ainda mais sombria a perspectiva para o futuro, quando — diz o texto — estiverem exauridas “as reservas fósseis que levaram milhões de anos para se acumularem”.
- 39 Há consenso, na atualidade, de que a extrema dependência do Brasil ao petróleo importado é um dos grandes fatores que inibem o pleno desenvolvimento do país.
- 40 As oscilações do preço do petróleo no mercado internacional são determinadas, como o texto deixa transparecer, pela lei da oferta e da procura, nelas não influenciando crises ou eventuais instabilidades políticas.
- 41 Embora não o afirme explicitamente, o texto dá a entender que a substituição da liderança palestina, após a morte de Yasser Arafat, prenuncia rápido encaminhamento para a paz na região.
- 42 As eleições de janeiro de 2005 na Palestina comprovam que os padrões democráticos ocidentais chegaram ao Oriente Médio e modificaram a face autoritária e teocrática dos países árabes.

- 43 Exemplo claro de “intervenções políticas e militares dos países ocidentais” no Oriente Médio, classificadas de “nefastas” pelo texto, foi a invasão do Iraque pela coalizão comandada pelos Estados Unidos da América, que culminou na deposição e posterior prisão de Saddam Hussein.
- 44 No conflagrado Oriente Médio, o Estado de Israel é uma exceção: a despeito das diversas guerras das quais participou, mantém-se de pé sem que para tanto tenha de fazer qualquer tipo de aliança política e militar com potências ocidentais.

Nem o “Sul maravilha” nem um Nordeste infértil. Diagnóstico realizado pelo Ministério da Integração Nacional derruba mitos e aponta para uma nova geografia brasileira, em que as áreas de estagnação e de promessa de desenvolvimento não se encontram sempre nas regiões esperadas. As dinâmicas demográficas e de crescimento do produto interno bruto (PIB) indicam que, além de estar ocorrendo uma lenta interiorização da população nas últimas duas décadas, identificam-se áreas economicamente promissoras em regiões tidas como infecundas e outras, em estado de inércia ou decadência, presentes em regiões tradicionalmente consideradas ricas e desenvolvidas.

*Jornal do Brasil*, 10/1/2005, p. A3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como ponto de partida para a análise do atual cenário econômico e social brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 45 É bastante provável que a expansão da agroindústria, como é o caso do complexo de produção associado à soja, seja um dos principais determinantes para a “nova geografia brasileira” apontada no texto.
- 46 O agronegócio constitui, na atualidade, um dos mais dinâmicos setores da economia brasileira, com crescente participação na pauta de exportações do país.
- 47 Apesar das transformações em curso, identificadas no texto, ainda hoje verifica-se um adensamento populacional em áreas próximas ao litoral, reflexo do processo histórico de ocupação do território brasileiro desde o início da colonização.
- 48 Na atualidade, é visível o aumento da população em torno de pólos de desenvolvimento, como Brasília e Petrolina-Juazeiro, bem como nas imediações de eixos de expansão econômica e demográfica, como os existentes, por exemplo, nos estados da Bahia, de Mato Grosso e do Tocantins (Palmas).
- 49 No Brasil, de uma forma geral, o Centro-Sul apresenta as taxas mais elevadas de alfabetização e de tempo de escolaridade de sua população, o que normalmente se reflete no desempenho econômico.
- 50 Infere-se do texto que, na atualidade, as maiores taxas de urbanização do Brasil estão presentes na região nordestina, o que se explica pelos pólos de desenvolvimento que se multiplicam pelo interior de seus estados.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a Constituição Federal e a Constituição do Estado da Bahia, julgue os itens a seguir, acerca dos direitos e obrigações dos servidores públicos em geral.

51 Segundo a Constituição do Estado da Bahia, há uma instância colegiada administrativa para dirimir controvérsias entre o estado e seus servidores públicos. Portanto, o servidor que se sentir lesado por ato da administração pública não pode impetrar ação judicial para defesa de seu direito violado até que se esgotem todas as vias administrativas.

52 No estado da Bahia, ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Foi realizado concurso público para preenchimento de vagas em determinado cargo do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). A entidade responsável pelo concurso enviou ao tribunal a relação final dos aprovados, pela ordem de classificação, contendo dez nomes.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

53 Considere que o edital anunciava que o concurso visava o preenchimento de três vagas já existentes para o cargo. Nesse caso, os três primeiros colocados têm direito de ser nomeados e empossados antes de expirado o prazo de validade do concurso.

Em 15/4/2001, João Carlos, servidor estável da prefeitura de Salvador, no exercício de suas funções, teria praticado ato lesivo ao erário. Em setembro de 2004, mês em que o fato veio a conhecimento público, o Ministério Público denunciou João Carlos por crime contra a administração pública e, por ordem da autoridade competente, foi instaurada sindicância para apurar os fatos.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

54 Se a comissão sindicante concluir por fato sujeito a pena de suspensão por 20 dias, essa pena pode ser aplicada sem a instauração de processo disciplinar.

55 Concluindo pela instauração de processo disciplinar, o presidente da comissão sindicante deve instaurá-lo mediante publicação da respectiva portaria.

Com relação aos livros do cartório de protestos e títulos, julgue os itens a seguir.

56 O livro de protocolo poderá ser escriturado mediante processo manual, mecânico, eletrônico ou informatizado, sendo vedada a utilização de folhas soltas.

57 As colunas destinam-se às seguintes anotações: número de ordem, natureza do título ou documento de dívida, valor, apresentante, devedor e ocorrências.

58 A abertura dos livros de registro de protesto é de competência exclusiva do tabelião titular, cabendo ao seu substituto a numeração e rubrica das folhas dos mesmos.

59 A escrituração será diária, devendo constar do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data de protocolização a mesma do termo diário de encerramento.

60 O prazo de arquivamento para livros de protocolo é de cinco anos e para livros de registro de protesto é de dez anos.

Com relação aos títulos e documentos protocolizados, julgue os itens subseqüentes.

61 É lícito ao tabelião recusar o registro de protesto de título em razão de vício formal.

62 É lícito ao tabelião recusar o registro de protesto de título em razão de prescrição ou caducidade.

63 O protesto pode não ser lavrado se o devedor, regularmente intimado, alegar já ter efetuado o pagamento.

64 O tabelião não pode reter o título ou o documento de dívida nem dilatar o prazo para protesto, ainda que a pedido das partes.

65 O protesto poderá deixar de ser lavrado se o apresentante desistir do protesto e pagar os emolumentos e as demais despesas.

A respeito da averbação de retificação de erros materiais, julgue os seguintes itens.

66 A averbação somente pode ser feita a requerimento do interessado.

67 Para a averbação da retificação, serão indispensáveis a apresentação do instrumento expedido e a comprovação documental do erro.

68 Pela referida averbação não são devidos emolumentos.

Relativamente ao prazo para registro do protesto, julgue os itens que se seguem.

69 O protesto será registrado dentro de três dias úteis, contados da protocolização do título ou documento de dívida.

70 Caso o protocolo se dê antes do meio-dia, inclui-se este dia na contagem do prazo.

Considerando a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (LOJEB), julgue os itens seguintes.

71 O território do estado da Bahia, para fins da administração da justiça, divide-se em distritos judiciários, constituídos de uma ou mais comarcas.

72 É requisito indispensável à instalação de uma comarca, nos termos da LOJEB, que os cargos de juiz, de promotor e de serventuário da justiça sejam precedentemente providos.

73 Considere que, em uma representação contra serventuário da justiça de comarca da Bahia o corregedor-geral da justiça declarou-se impedido para julgá-la, tendo em vista ser o representado seu filho. Nessa situação, o TJBA deverá designar um desembargador para o julgamento do feito.

74 O corregedor-geral da justiça poderá designar um ou mais juízes titulares, ou das varas de substituição, para auxiliá-lo, temporariamente, nas diligências a que tiver de proceder nas comarcas do interior.



- 75 Considere a seguinte situação hipotética.
- Um oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de determinado distrito judiciário procedeu a habilitação para o casamento de nubentes não-residentes em sua respectiva divisão administrativa, mas domiciliados na mesma comarca a que integra.
- Nessa situação, o ato praticado pelo oficial é nulo de pleno direito.
- 76 Suponha que Mateus, escrivão, seja irmão de Gabriel, subscrivão. Nesse caso, em razão do parentesco, Mateus e Gabriel não poderão exercer suas funções na mesma comarca, mesmo que as serventias sejam de varas distintas.
- 77 No gozo de férias anuais de determinado serventuário da justiça de comarca do interior do estado, este deverá ser substituído por outro serventuário, detentor das mesmas atribuições, mediante designação do juiz competente.
- 78 Os serventuários da justiça do estado da Bahia poderão ser punidos com as penalidades de advertência, suspensão, multa, censura ou demissão quando cometerem infrações.
- 79 Considere a seguinte situação hipotética.
- Um avaliador judicial agiu com negligência no exercício de seu ofício, causou danos a terceiros e recebeu emolumentos indevidamente.
- Nessa situação, em razão de sua conduta, o avaliador somente poderá ser punido com advertência e reparação dos danos causados.
- 80 Se determinada escrivã do TJBA se negar a lavrar competente recibo de pagamento de custas judiciais, poderá ser suspensa, por prazo não superior a trinta dias.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao direito comercial brasileiro.

- 81 Considere que determinada senhora aposentada exerça, há vários anos, a atividade de venda de perfumes importados e de bombons caseiros, estes últimos pessoalmente confeccionados e embalados, para dezenas de estabelecimentos empresariais. Nesse caso, essa senhora é considerada empresária, pois exerce atividade de circulação de bens, com intuito de lucro, habitualmente e em seu próprio nome.
- 82 Considere a seguinte situação hipotética.
- Ricardo deixou o serviço público em certo programa de demissão voluntária e convidou Daniel, servidor público federal, a adquirir quotas do capital social de determinada sociedade limitada, que possui como principal atividade a prestação de serviços de consultoria empresarial.
- Nessa situação, a Daniel será vedado adquirir as quotas sociais, em face de sua qualidade de servidor público federal.

- 83 Toda sociedade empresária deverá fazer uso do livro diário, o qual deverá ser autenticado perante o Registro Público de Empresas Mercantis, antes de posto em uso.
- 84 Considere a seguinte situação hipotética.
- Os três sócios de determinada sociedade limitada decidiram promover a dissolução de fato da pessoa jurídica, ou seja, sem a observância dos preceitos normativos.
- Nessa situação, eventuais credores da sociedade poderão arrolar, no pólo passivo de ação proposta contra a sociedade, todos os três sócios.
- 85 Processada a regular dissolução de determinada sociedade empresária, proceder-se-á à liquidação da mesma, com a nomeação de liquidante, o qual deverá fazer parte do quadro de sócios.
- 86 O contrato de comissão mercantil assemelha-se ao de mandato no que se refere à responsabilidade do comissário, que deverá agir em nome do comitente, ao efetuar contratos com terceiros.
- 87 Suponha que Márcio e Juliana tenham celebrado contrato de comissão mercantil. Caso venha a ser declarada judicialmente a insolvência de Márcio, as comissões devidas a Juliana gozarão de privilégio geral.
- 88 Suponha a celebração de contrato de comissão mercantil em que não esteja fixada cláusula de remuneração do comissário. Nesse caso, as comissões serão arbitradas em conformidade com os usos correntes do lugar da execução contratual.
- 89 Poderá ser declarada a falência de determinada sociedade anônima que, executada, não pague a dívida nem nomeie bens passíveis de penhora, dentro do prazo legal.

- 90 Considere a seguinte situação hipotética.
- Os credores de determinada sociedade empresária propuseram ação falimentar, em vista de que esta pessoa jurídica transferiu a terceiro o estabelecimento sem o consentimento de todos os credores, se privando de bens suficientes para solver o seu passivo.
- Nessa situação, se, antes da declaração de falência, essa sociedade empresária tiver requerido concordata preventiva e o juízo monocrático tiver mandado processá-la, dessa decisão caberá recurso de agravo de instrumento.

Julgue os itens seguintes, que se referem às atividades e aos livros empresariais.

- 91 Toda sociedade empresária deve manter um sistema de contabilidade, com base na regular escrituração de seus livros empresariais, que deve ser necessariamente mecanizado, a fim de possibilitar a fiscalização pelos agentes públicos.

92 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinada sociedade limitada, atuante no ramo de fabricação de móveis para escritório, no exercício de sua atividade empresarial, utiliza vários títulos de crédito que incluem duplicatas.

Nessa situação, essa sociedade deve-se valer, em sua escrituração, obrigatoriamente, dos livros diário, de registro de duplicatas, conta-corrente e caixa.

Cada um dos itens que se seguem contém uma situação hipotética acerca de sociedades empresariais, seguida de uma assertiva a ser julgada.

93 Flávia e Fátima, colegas de trabalho, decidiram aderir ao programa de demissão voluntária proposto por empregador comum para explorar atividade de venda de alimentos na modalidade auto-serviço (*self-service*). Fátima, que ficou encarregada de promover a inscrição do contrato social no respectivo registro, esqueceu-se de levar a efeito esse ato. Nessa situação, a sociedade em comum formada por Flávia e Fátima está desprovida de capacidade processual ativa contra terceiros.

94 Uma sociedade em comum, que atua no ramo de confecção e venda de uniformes escolares, tornou-se inadimplente perante seus credores. Nesse caso, os sócios são solidária e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações descumpridas pela sociedade constituída.

95 Duas sociedades empresárias levaram a efeito contrato de compra e venda mercantil de produtos a serem comercializados. Nessa situação, salvo cláusula em contrário no contrato de compra e venda, cabe à sociedade vendedora custear as despesas com a entrega dos bens adquiridos.

Cada um dos itens subseqüentes contém uma situação hipotética acerca de contratos empresariais, seguida de uma assertiva a ser julgada.

96 Um comissário atuou em desconformidade com o que fora estipulado em contrato de comissão mercantil e desses atos resultaram vantagens ao comitente. Nesse caso, consideram-se justificados aqueles atos.

97 Marcelo e Tiago celebraram contrato de comissão mercantil, com a cláusula *del credere*, sendo o primeiro o comitente e o segundo, o comissário. Após isso, Tiago, agindo como comissário, celebrou com Paula contrato de compra e venda de coisa que possuía vício oculto que a tornava imprópria para uso. Nessa hipótese, Marcelo e Tiago respondem solidariamente perante Paula.

No que se refere a falências e concordatas, julgue os seguintes itens.

98 Considere que determinada sociedade em comum seja credora de sociedade limitada que procedeu à liquidação precipitada dos bens sociais. Nessa situação, é lícito que a sociedade em comum requeira a falência da sociedade limitada.

99 Declarada a falência de determinado empresário, devem ser encerradas as contas-correntes por ele mantidas.

100 No curso de regular processamento de concordata preventiva impetrada por sociedade em liquidação, esta pode ser legalmente representada por qualquer sócio.

Pedro, de 40 anos de idade, pai de dois filhos, viúvo, com formação em curso superior, é viciado em jogos de azar, jóias e festas e gasta desordenadamente o seu patrimônio de maneira que compromete a sua manutenção e a de seus filhos. O pai de Pedro, Antenor, requereu judicialmente a sua interdição. Em decorrência do requerimento do pai, Pedro foi submetido a perícia que envolvia avaliação psiquiátrica, na qual se comprovou que Pedro não apresentava maiores comprometimentos mentais mas sim uma prodigalidade que o levava a dissipar o seu patrimônio. Diante dessa situação, o juiz entendeu pela interdição, considerando Pedro relativamente incapaz e nomeando o pai dele como curador. Após ter sido legalmente interditado, Pedro resolveu levantar um empréstimo e, para tanto, hipotecou um dos poucos bens que lhe restaram — um terreno localizado em Ilhéus, na Bahia —, sem que seu curador o assistisse.

Acerca da situação hipotética descrita acima, julgue os itens que se seguem.

101 Nessa situação, a interdição de Pedro por incapacidade relativa deverá ser averbada em registro público.

102 Pedro não poderia ter hipotecado o seu terreno pelo fato de que este estava interditado, porém o negócio jurídico foi realizado. Nesse caso, caberá aos interessados requerer a anulabilidade do negócio jurídico.

103 Se o Ministério Público tivesse conhecimento do negócio jurídico que envolvia a hipoteca, poderia requerer a anulabilidade, uma vez que cabe a esse intervir nos atos que possam prejudicar os incapazes.

Quanto às pessoas jurídicas, julgue os itens seguintes.

104 As organizações religiosas possuem liberdade para a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

105 Nas associações, a qualidade de associado é intransmissível, salvo previsão estatutária em sentido contrário. Também é lícito afirmar que, para haver categorias de associado com vantagens especiais, é mister a previsão em estatuto.

- 106 Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica e, dessa forma, não são classificados como pessoa jurídica de direito privado.
- 107 Considere a seguinte situação hipotética.  
Na condição de servidor público do estado da Bahia, Jerônimo, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro.  
Nessa situação, o estado da Bahia responderá civilmente pelos danos que Jerônimo causou a terceiros, cabendo direito regressivo contra Jerônimo, se houver, por parte deste, culpa ou dolo.
- 108 Se, eventualmente, o fim a que se destina uma fundação particular tornar-se ilícito, impossível ou inútil ou ainda se vencido o prazo de sua existência, o Ministério Público, ou qualquer interessado, poderá promover-lhe a extinção.
- 109 Para alterar o estatuto de uma fundação, é necessário que a reforma não contrarie ou desvirtue o fim desta fundação e, também, que seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, além de ser homologado em juízo, não competindo ao Ministério Público aprovar ou reprovar, uma vez que cabe a ele apenas velar pelas fundações.
- 110 No estatuto das associações, a ausência dos requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados constitui fator de nulidade.

No que se refere a registro de jornais, julgue os itens subsequentes.

- 111 Se o proprietário do jornal for pessoa jurídica, o pedido de matrícula deverá conter exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e deverá informar os nomes, as idades, as residências e as provas de nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica.
- 112 É suficiente para se considerar clandestino um jornal o fato de a matrícula não conter os nomes e as qualificações do diretor ou redator.
- 113 A falta de matrícula das declarações, exigidas no pedido de matrícula, ou da averbação da alteração, será punida com multa, que terá o valor de meio a dois salários mínimos da região. A multa será aplicada pelo oficial, e cobrada, caso necessário, por processo executivo, mediante ação do órgão competente.

A respeito de transcrição e averbação, julgue os itens a seguir.

- 114 Nos contratos de parceria, serão considerados devedor o parceiro proprietário e credor, o parceiro cultivador ou criador. Isso decorre do fato de o parceiro proprietário ser a pessoa que cede sua área para terceiro, sendo, portanto, devedor.
- 115 Somente o devedor poderá levar a registro os contratos de penhor ou caução.
- 116 As averbações são complementos do registro e podem ser feitas à margem do assento ou, não havendo espaço em livro corrente, com as notas e remissões recíprocas, que facilitem a busca.

Considere que o pseudônimo de uma pessoa é usado por ela para atividades lícitas e que um terceiro esteja empregando em publicações o pseudônimo dessa pessoa, de sorte a expô-la ao desprezo público. Em face dessas considerações, julgue os itens que se seguem.

- 117 Como a lei protege somente o nome, em princípio, não é possível afirmar que houve ofensa ao direito de personalidade.
- 118 Havendo ofensa ao direito de personalidade e estando morto o ofendido, terá legitimação para requerer dos direitos da personalidade e reclamar perdas e danos o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- 119 Se a publicação fosse uma propaganda comercial que não expusesse a pessoa da referida situação ao desprezo público, isso poderia ser realizado independentemente de autorização.
- 120 O ofendido pode fazer cessar a lesão ao direito da personalidade mas não poderá reclamar perdas e danos, quando a publicação não se refere ao seu nome, mas apenas ao pseudônimo.

